

04 DEZ 2014

FOLHA DE LONDRINA

Oposição questiona criação de novas receitas ao Funrejus

**Se o texto do TJ for aprovado,
Fundo passará a receber 25% do
valor de atos praticados pelos
cartórios; Anoreg-PR diz que
acatará decisão do Legislativo**

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - O envio de um conjunto de cinco mensagens de autoria do Tribunal de Justiça (TJ) à Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, incluindo a que aumenta em 6,37% o valor de referência das custas dos cartórios, de R\$ 0,157 para R\$ 0,167, não repercutiu bem entre a oposição. Além do projeto 524/2014, cujas modificações valeriam a partir de 1º de janeiro de 2015, começou a tramitar na Casa o 525/2014, criando novas receitas para o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (Funrejus). Ontem, em reunião extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o líder do PT, Tadeu Veneri, pediu vista das duas matérias. Com isso, elas devem ser votadas apenas na semana que vem.

Em relação ao Funrejus, a maior polêmica diz respeito à destinação de 25% do valor de quaisquer atos notariais e registrais sem expressão econômica praticados pelos tabeliães e registradores. Entre eles estariam reconhecimentos de firma, certidões e autenticações de documentos. “Os cartórios irão perder essa receita? Nós, que não vivemos no mundo da fantasia, sabemos, obviamente, que esses 25% serão transferidos para aquele que demandar os serviços. A sociedade será penalizada. Quem sobreviver verá”, criticou Veneri.

O Judiciário também pretende alterar a forma de destinação ao Fundo. Hoje, o Funrejus recebe 0,2% do valor do título do imóvel ou da obrigação nos atos praticados pelos cartórios. Caso a mensagem seja aprovada, o repasse deixará de ser limitado ao

dobro do valor máximo das custas, atualmente em R\$ 1821,20. Criado em 1998, o Funrejus custeava despesas estruturais do TJ, como compra de equipamentos e construção ou reforma de edifícios, caso das obras do Palácio da Justiça e do novo Fórum Cível de Curitiba, principais promessas do presidente eleito, Paulo Roberto Vasconcelos, para o próximo biênio.

O atual presidente do Tribunal, Guilherme Luiz Gomes, justifica que o orçamento da entidade para 2015, fixado em R\$ 230 milhões, está “apenas 6,8% superior ao de 2014, que foi de R\$ 215 milhões”, e que os reajustes serviriam para repor as perdas inflacionárias. Em 2013, Gomes também tentou aumentar o percentual de repasse, de 0,2% para 0,3%, no entanto, após um entendimento com os parlamentares, acabou voltando atrás.

CONTINUA

04 DEZ 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Ontem, o presidente da AL, Valdir Rossoni (PSDB), disse que ainda não tinha analisado o novo texto para se posicionar a respeito. Ele garantiu, contudo, que a tramitação seguirá seu rito normal.

Já o líder do PT adiantou que pretende entrar em contato com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Paraná, para buscar formas de evitar a aprovação. Procurada pela FOLHA, a entidade informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que já tomou conhecimento das propostas, mas que deve se posicionar na sequência, depois de analisá-las.

A Associação de Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR), por sua vez, se manifestou por meio de nota. "Os ofícios extrajudiciais são regulamentados, inclusive os valores cobrados em sua tabela de emolumentos, pelos Poderes Legislativo e Judiciário de cada unidade federativa do País. Nesse sentido, a Anoreg-PR comunica que acompanhará a tramitação dos projetos e acatará aquilo que for definido", diz trecho do documento. Quanto ao aumento das custas, a associação de mostrou favorável, reforçando que o valor debatido "não repõe as perdas inflacionárias acumuladas ao longo dos últimos anos".

04 DEZ 2014

FOLHA DE LONDRINA

Pedido de vistas adia votação de 'pacote de austeridade'

Curitiba - Como já havia anunciado no dia anterior, a oposição ao governador Beto Richa (PSDB) na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná pediu vistas ontem, na reunião extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), da maioria dos projetos integrantes do chamado "pacotão" de medidas de austeridade do Executivo. Na avaliação do líder do PT, Tadeu Veneri, seria impossível analisar os conteúdos dos textos com profundidade menos de 24 horas após eles terem chegado à Casa. Das 20 proposições apresentadas, somente quatro foram votadas e aprovadas ontem.

Com isso, mensagens como as que aumentam em 40% o IPVA dos automóveis, de 2,5% para 3,5%, e de 28% para 29% o ICMS sobre a gasolina, além da que muda o regime de previdência, passando a taxar os inativos, só devem ser apreciadas na semana que vem em regime de urgência. Não está descartada a possibilidade de convocar, já na terça-feira, um "tratoração" para acelerar as discussões. O governo tem pressa porque, regimentalmente, a AL deve encerrar seus trabalhos do ano em plenário até o dia 22 de dezembro.

Também como parte do pacote, Beto solicitou à AL autorização para contratar um empréstimo de US\$ 300 milhões (aproximadamente R\$ 770 milhões) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Neste caso, Veneri

pediu o adiamento pelo fato de o texto não explicitar as outras operações de crédito já contratadas pelo governo desde o início da gestão tucana. De acordo com o governo, os recursos serão utilizados no Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transportes do Estado. A iniciativa prevê a recuperação de estradas e a pavimentação de rodovias para melhorar o escoamento da safra agrícola até o Porto de Paranaguá, e investimentos em aeroportos.

Quanto à extinção das secretarias, o petista questionou, principalmente, a incorporação dos cargos e da estrutura em outras pastas, o que, diz, invalida o argumento do corte de gastos. "É errado falar em pacote de austeridade, porque não se reduz despesas. O que ele (governador) está fazendo é apenas aumentar a arrecadação por meio da cobrança de impostos", avaliou. Segundo Veneri, os 81 cargos da Secretaria do Trabalho serão transferidos para a pasta da Família, gerando uma economia de, no máximo, R\$ 137 mil mensais. O Palácio Iguaçu diz que, com todas as medidas, pretende poupar R\$ 1 bilhão.

Outra alteração prevista no conjunto de mensagens governamentais é na Secretaria de Segurança Pública, que passaria a administrar as penitenciárias, atualmente sob responsabilidade da Secretaria de Justiça. Neste caso, para o líder do PT, a proposta não é recomendável. (M.F.R.)

04 DEZ 2014

FOLHA DE LONDRINA

OPINIÃO DO LEITOR

Reajuste nos preços das custas judiciais.

O TJPR enviou mensagem à Assembleia Legislativa propondo reajuste nos preços das custas judiciais, extrajudiciais e com o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (Funrejus). O brasileiro costuma reclamar, e com razão, dos serviços públicos básicos que são prestados, ou que deveriam ser, tais como: segurança, saúde e educação. Esses serviços, ainda que mal prestados, são gratuitos, pois seus custos são cobertos pelos impostos pagos pelos contribuintes. Todavia, há um serviço público que nem todos reclamam. É a chamada prestação jurisdicional, que é o serviço prestado pelo Poder Judiciário. Não é gratuito; é caro e tão lentamente prestado, que os mais idosos nem sempre veem seus pleitos atendidos; morrem antes.

ARÃO MOREIRA DOS SANTOS NETO (advogado) – Londrina

MAZZA

Oba oba

Esperava-se que com o clima de austeridade, imposto pelas circunstâncias, houvesse um breque na "lua de mel com o poder", mas está visível com a festiva posse do "togovernador", em janeiro, com dispêndios de quase R\$ 200 mil para o cerimonial, que a turma não abre mão da euforia. A fauna persistirá nos restaurantes granfos da capital a exorbitar no oba oba sibarítico. Ora uma das se rotarias que deveria ser cortada é justamente a do Cerimonial ocupada pelo Ezequias Moreira para garantir o foro privilegiado no exame dos seus delitos.

O Judiciário também alegando insuficiências orçamentárias (R\$ 230 milhões, apenas 6,8% superior ao deste ano) quer reajuste de 6,37% em janeiro nas custas de cartórios judiciais e extrajudiciais e aumentando receitas do Fundo de Reequipamento do Poder (Funrejus). Mais ônus para a população num momento delicado pela manutenção da chamada recessão técnica.

04 DEZ 2014

FOLHA DE LONDRINA

Ex-vereador é condenado por extorsão de taxistas

Loriane Comeli
Reportagem Local

O ex-vereador de Londrina Joel Garcia, que exerceu único mandato entre 2009 e 2012, foi condenado a dois anos de prisão pelo crime de concussão, que é a prática de extorsão por servidor ou agente público. A sentença foi proferida no último dia 1º pela juíza substituta da 2ª Vara Criminal, Deborah Penna. O ex-parlamentar, segundo a decisão, exigiu mais de R\$ 300 mil de taxistas da cidade em 2009, quando se discutia a regulamentação da atividade.

Conforme a sentença, depoimentos de testemunhas, especialmente das vítimas – o ex-presidente do Sindicato dos Taxistas, a secretária da entidade e um taxista – revelam que Joel os chamou para uma reunião na qual afirmou que os condutores de táxi estavam em situação irregular em Londrina – seria necessária uma licitação – e poderiam perder seus pontos.

A secretária declarou que “Joel Garcia afirmou que somente não iria representar ao Ministério Público e exigir a regularização de processo licitatório se os taxistas arru-massem o dinheiro para assessoria jurídica”. A exigência era de R\$ 1 mil por taxista. Havia cerca de 300 profissionais à época na cidade. Joel alegava que o valor seria usado para contratar uma consultoria jurídica que validasse a situação dos taxistas.

Porém, para a juíza, “apesar de não existir uma exigência direta de pagamento de propina, ficou claro que o acusado Joel, sob o pretexto de contratar assessoria jurídica para regularizar um TAC com o Ministério Público, exigiu de forma indireta ou implícita a quantia de R\$ 300 mil para tal fim, demonstrando de forma velada que, caso não houvesse o pagamento, o projeto seria rejeitado pela Câmara dos Vereadores, de acordo com o relato do presidente do sindicato”.

A magistrada converteu a pena de reclusão por prestação de serviços à comunidade em entidade a ser definida e ao pagamento de 10 salários mínimos em, favor de instituição social. O ex-vereador já tem outras condenações e civis por atos praticados durante o mandato.

À FOLHA, Joel afirmou que considera injusta a sentença. “Nenhuma das testemunhas afirmou que eu exigi dinheiro. Como eu pressionaria 370 taxistas? É uma piada de mau gosto”, afirmou. “A decisão é totalmente contrária à prova dos autos.” Ele pretende recorrer ao Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná.

Também era réu no processo o advogado Ivo Tauil que, segundo a denúncia do Ministério Público (MP), concorreu para o crime, em associação com o político. Porém, para a juíza, não há provas contra ele. “As provas produzidas nos autos não se mostraram suficientes para

implicar ao acusado a prática do delito.” As vítimas do crime garantiram, em juízo, que foi o sindicato quem contratou Tauil para elaborar minuta de projeto de lei sobre táxis e não houve indicação do Joel, como sustentava o MP. O advogado Luciano Teixeira Odebrecht, que defende Tauil, não foi localizado ontem.

Por este fato, tanto Joel quanto Tauil foram condenados por improbidade administrativa em abril do ano passado em decisão da 1ª Vara de Fazenda Pública de Londrina. Eles recorreram ao TJ.

04 DEZ 2014

FOLHA DE LONDRINA

Mauro Janene vai a júri hoje

Após quatro adiamentos, pecuarista será julgado pela morte da professora Maria Estela Pacheco, ocorrida em 2000

Lucio Flávio Cruz
Reportagem Local

Londrina – Após 14 anos, a Justiça tem mais uma oportunidade hoje para esclarecer a morte da professora Maria Estela Correa Pacheco, em 2000. O julgamento do pecuarista Mauro Janene, acusado do crime, acontece a partir das 8h30 no Tribunal do Júri do Fórum Criminal de Londrina.

Este é o quinto julgamento marcado na tentativa de apresentar um veredito. Os outros quatro anteriores foram adiados, motivados por diversas alegações da defesa do acusado, como licença médica, não localização de testemunhas e conflito de agendas.

Para o promotor de Justiça da 1ª Vara Criminal de Londrina, Ronaldo Costa Braga, o processo está pronto e não há motivos para um novo adiamento do júri. “O processo está perfeito e o Ministério Público não vê subsídios para que o julgamento não aconteça desta vez. Todos os adiamentos são estratégias da defesa para prorrogar o caso. Mas é bom lembrar que este crime vai se tornar prescrito só em 2022 e até lá o júri será realizado”, frisou Braga.

A última audiência estava marcada para o dia 8 de abril deste ano e foi adiada já que a defesa alegou que uma das testemunhas não havia sido localizada para ser intimada e que esse depoimento seria importante para a continuidade do processo. Os três primeiros júris haviam sido marcados para o ano de 2011.

A expectativa da promotoria é que o julgamento se prolongue durante todo o dia e que o veredito deve ser conhecido no final da noite. “Por se tratar de apenas um réu e um crime, normalmente a audiência terminaria durante a tarde, mas por se tratar de um caso de grande repercussão e de muitas testemunhas, acredito que o júri será encerrado apenas à noite”, ressaltou o promotor.

O MP denunciou Mauro Janene por homicídio simples e fraude processual, alegando alteração no local do crime. A reportagem procurou o advogado de defesa, Mauro Viotto, mas foi informada de que o advogado estava de licença médica e por isso não poderia se pronunciar.

Por parte da família, a expectativa é que o julgamento finalmente aconteça. A única filha da vítima, a ad-

vogada e jornalista Laila Pacheco Menechino, 29 anos, entende que não existem mais argumentos por parte da defesa para um novo adiamento. “A expectativa é muito grande para o júri. Essa impunidade é tão ruim e machuca tanto quanto a morte da minha mãe. Toda vez que se marca um novo julgamento, revivemos o crime e toda a dor. É hora de esclarecer tudo que aconteceu naquela noite”, cobrou.

Laila se diz preocupada com o período longo que se passou depois do crime e com a dificuldade para se buscar provas no início do processo. “Não tem um laudo que comprove a causa da morte. Só o réu sabe exatamente o que aconteceu e, diante disso, não dá para ter certeza se ele será condenado ou não”, frisou.

“O acusado tem que responder sobre o que aconteceu naquele dia, sobre o por que do corpo lançado do 12º andar já estar desfalecido. São essas as respostas que a família gostaria de ver respondidas para iniciarmos um novo tempo”, colocou a professora Maria Eliza Pacheco, irmã da vítima.

CONTINUA

04 DEZ 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

CASO

O crime aconteceu no fim da madrugada do dia 14 de outubro de 2000, um sábado. Maria Estela Pacheco foi encontrada morta no pátio do edifício Diplomata, onde residia o namorado Mauro Janene, localizado na Rua Paranaguá, no Centro.

Em depoimentos, o pecuarista apresentou versões contraditórias. Inicialmente, relatou que a professora teria cometido suicídio. Posteriormente, revelou que a vítima teria caído, do 12º andar, enquanto eles brincavam próximo à sacada do apartamento. Perícia do Instituto Médico Legal (IML) apontou que a professora foi morta e depois jogada pela sacada.

04 DEZ 2014

FOLHA DE LONDRINA

TRT limita decisão sobre feriado do dia 19

Edson Ferreira

Reportagem Local

O acórdão publicado pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Paraná na semana passada, determinando a validade da lei estadual 4.658, de 1.962, que instituiu o feriado do dia 19 de dezembro – Emancipação Política do Paraná – não tem efeito prático a todo o Estado. O esclarecimento foi feito por meio de nota, enviada à Redação da FOLHA pela assessoria de imprensa do TRT.

Segundo a nota, os “efeitos da decisão se limitam às partes envolvidas no processo apreciado”. O recurso foi apresentado pelo Sindicato dos Empregados no Comércio de Pato Branco (Sudoeste), em contestação à decisão da Justiça do Trabalho de 1º grau, que havia determinado ponto facultativo no 19, em favor de empresas de venda de veículos. No entanto, o entendimento da 6ª Turma do TRT é de que a data pode ser considerada “magna” no Paraná, o que tornaria regular a legislação sobre o feriado.

Na decisão do TRT, o relator da matéria, desembargador Arnor Lima Neto, reconhece a polêmica em torno da data, mas evoca o “princípio do in dubio pro operario”, segundo o qual “havendo dúvida quanto à interpretação da norma, dentre as interpretações legais viáveis, deve-se optar por aquela mais benéfica

ao trabalhador”. Diante da polêmica que se formou depois da decisão do TRT no processo, ontem a Federação das Indústrias do Paraná (Fiep) informou que “consultou formalmente a Assembleia Legislativa (AL) do Paraná para dirimir eventuais dúvidas” e, segundo a Fiep, o parecer emitido pela Casa, “concluiu que a data não pode ser considerada como feriado de cunho civil”. A entidade patronal reafirmou que o dia 19 de dezembro é dia normal de trabalho.

SERVIÇOS PÚBLICOS

Foi assinado pelo governador Beto Richa (PSDB) e deve ser publicado hoje no Diário Oficial do Estado, o decreto transferindo o ponto facultativo nas repartições públicas estaduais do dia 19 de dezembro – dia da emancipação política do Paraná – para o dia 26. A medida, esclarece o governo, não tem interferência na iniciativa privada.

Em Londrina, o Sindicato dos Servidores Municipais (Sindserv) informou que não pretende adotar nenhuma medida para cobrar da administração a decretação de ponto facultativo.

04 DEZ 2014

FOLHA DE LONDRINA

Vargas vai ao STF para adiar possível cassação

Beatriz Bulla

Agência Estado

Brasília - Na iminência de uma decisão sobre cassação de mandato, o deputado federal André Vargas (sem partido-PR) recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para suspender o processo administrativo a que responde na Câmara. No último dia 20, Vargas pediu à Câmara uma licença médica de uma semana e a previsão era de que o plenário da Casa decidisse sobre a perda do mandato do ex-petista no início de dezembro, mas uma decisão do Supremo pode adiar a definição.

Vargas é acusado de envolvimento no esquema montado pelo doleiro Alberto Youssef. Ele recorreu ao STF questionando a decisão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara de negar um recurso no qual pedia a anulação de parecer do Conselho de Ética a favor da cassação de seu mandato.

Com a negativa da CCJ ao recurso usado pela defesa do deputado, cabe ao plenário da Câmara a decisão final. Ao recorrer ao STF, Vargas aponta que o caso já se encontra na Secretaria Geral da Mesa da Câmara e pode ser pautado na próxima semana.

O mandado de segurança levado ao Supremo pede, em liminar, a suspensão da tramitação do procedimento administrativo. No mérito, os advogados de Vargas querem a anulação do julgamento do recurso pela CCJ e a volta do processo ao Conselho de Ética.

04 DEZ 2014

FOLHA DE LONDRINA

Ranking da corrupção

Ranking divulgado pela ONG Transparência Internacional mantém o Brasil no grupo de alerta dos países que não diminuem a percepção de corrupção ao longo dos anos. Apesar de termos melhorado três posições com relação ao ano passado, o País aparece na 69ª colocação entre os 175 países avaliados, mesma posição alcançada em 2012 – no ano passado havia atingido o 72º lugar. Em uma escala de 0 (altamente corrupto) a 100 (muito transparente), o Brasil obteve 43 pontos. O problema, segundo a entidade, é que o país não consegue ultrapassar a faixa dos 50 pontos porque não consegue superar a prática.

Ainda que a Operação Lava Jato, que apura desvios de recursos públicos e pagamento de propinas na Petrobras, tenha sido desencadeada e responsável pela prisão de várias pessoas – entre doleiros, agentes públicos e privados e diretores de grandes empreiteiras – a corrupção impera. Muitas outras “operações Lava Jato” terão que acontecer para que o País reduza significativamente a prática. Tanto que na terça-feira o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa, apontado pelas autoridades como um dos cabeças do esquema de desvios na estatal, afirmou que as mesmas irregularidades encontradas na estatal se repetem em outros setores que recebem investimentos do governo federal.

Nas palavras de Costa, “o que acontecia na Petrobras acontece no Brasil inteiro: nas rodovias, nas ferrovias, nos portos, nos aeroportos, nas hidrelétricas”. Não é novidade que práticas de desvio de dinheiro público e pagamento de propinas ocorrem em praticamente todas as esferas do governo. No entanto, não deixa de ser chocante ouvir palavras como aquelas de uma pessoa que tanto tempo ocupou funções estratégicas e manteve contato com tantos políticos. Reforça a tese de que o objetivo maior da maioria dos políticos é apenas tirar algum proveito próprio.

No entanto, não se pode desanimar. É preciso que a sociedade fique vigilante e atenta aos gastos públicos. O combate à corrupção deve ser um compromisso de todos.

04 DEZ 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

800 casais formalizam união civil neste domingo

Neste domingo (07), 800 casais formalizarão a união civil durante cerimônia coletiva na Arena da Baixada. Além de Curitiba, outros nove municípios da Região Metropolitana serão atendidos pela ação: Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais.

A celebração do casamento coletivo, com direito à bênção ecumênica, encerra as atividades de 2014 do projeto Justiça no Bairro - Sesc Cidadão. A cerimônia terá a participação da Camerata Antiqua de Curitiba, regida pelo Maestro André e pelo Coral do Ministério Público e por Músicos do Projeto Crescer - projeto social que atende crianças de Arapongas em situação de vulnerabilidade.

A celebração será presidida pela desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) e coordenadora do projeto Justiça no bairro, Joeci Machado Camargo. A expectativa é que o evento reúna na Arena da Baixada um público aproximado de 12 mil pessoas entre noivos, convidados, colaboradores das entidades envolvidas, autoridades e imprensa.

04 DEZ 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

1ª Turma mantém decisão de determinou desmembramento de inquérito contra Romero Jucá

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal desproveu recurso (agravo regimental) interposto pela Procuradoria Geral da República contra decisão monocrática do ministro Marco Aurélio que determinou o desmembramento do Inquérito (INQ) 2116, mantendo no STF apenas a parte relativa ao senador Romero Jucá (PMDB-RR). O inquérito investiga suposto desvio de verbas federais em obras municipais.

A PGR alegava a conexão entre as condutas dos investigados no esquema, supostamente operacionalizado pelo senador, que teria elaborado emendas parlamentares com a finalidade de transferir recursos federais ao Município de Cantá (RR).

Segundo a Procuradoria, há evidências de que o prefeito de Cantá, Paulo Peixoto, teria realizado licitações superfaturadas e repassado ao senador parte das verbas, a título de comissão pela apresentação das emendas. A manutenção do desmembramento poderia comprometer a eficácia da aplicação da lei penal e, como a investigação tramita há dez anos, haveria ainda risco concreto de prescrição em caso de remessa à instância inferior.

O ministro Marco Aurélio, relator do inquérito, reiterou os fundamentos da decisão monocrática em que assentou a incompetência do STF para a supervisão do inquérito em relação a Paulo Peixoto. “O Supremo atua a partir do que delimitado pela Constitui-

ção Federal, e sua competência está definida de forma exaustiva na Carta da República”, afirmou. “Normas instrumentais comuns, como as alusivas à conexão probatória e a continência, não podem aditar a Carta Federal”.

O relator afastou também a alegação do risco prescricional. “O que se articula sobre a prescrição, além da irrelevância — ante o fato de o fenômeno poder ocorrer estando a investigação agrupada ou não —, é incapaz de alterar a conclusão a respeito da incompetência do Supremo, que é absoluta”, concluiu.

A decisão unânime foi tomada na sessão desta terça-feira (2). O ministro Luís Roberto Barroso declarou-se impedido e não participou do julgamento.

Incidente de uniformização discute inclusão de gratificação natalina em cálculo de aposentadoria

O ministro Napoleão Nunes Maia Filho, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), admitiu o processamento de incidente de uniformização de interpretação de lei federal contra decisão da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (TNU) sobre a inclusão das parcelas relativas ao 13º salário no cálculo de benefício previdenciário concedido antes da Lei 8.870/94.

De acordo com a TNU, mesmo antes da edição da Lei 8.870, o

13º salário não era levado em consideração para o cálculo da aposentadoria, pois “as contribuições previdenciárias incidentes sobre o 13º salário se destinam especificamente ao custeio da verba correspondente paga a aposentados e pensionistas, o que inviabilizaria o seu cômputo, também, no cálculo dos proventos a serem pagos, mensalmente, aos beneficiários”.

De acordo com o beneficiário, entretanto, o acórdão diverge do entendimento do STJ de que a

inclusão da gratificação natalina no cálculo do salário de benefício é possível até a vigência da Lei 8.870/94.

Diante da aparente divergência de entendimentos, o ministro relator determinou o envio de ofícios aos presidentes da TNU e das turmas recursais, para solicitar informações e comunicar a admissão do incidente.

O incidente, que ainda não tem data prevista para julgamento, será analisado pela Primeira Seção.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Suspensão julgamento de recurso de advogado denunciado por lavagem de dinheiro

Na sessão desta terça-feira (2) da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), pedido de vista da ministra Cármen Lúcia suspendeu o julgamento do Recurso Ordinário em Habeas Corpus (RHC 124313) interposto à Corte pelo advogado Ricardo Tosto de Oliveira Carvalho, investigado pela Polícia Federal no curso da Operação Santa Tereza e denunciado por envolvimento em crimes de lavagem de dinheiro.

De acordo com a denúncia apresentada pelo Ministério

Público Federal, Tosto, que participava do Conselho de Administração do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), integraria um grupo responsável pelo desvio de verbas provenientes da instituição. A investigação apurou a existência de fraudes em financiamentos concedidos à prefeitura de Praia Grande, litoral sul de São Paulo, e à rede de lojas Marisa, no ano de 2007.

O recurso foi interposto ao STF contra decisão do Superior Tribunal de Justiça, que não

conheceu de habeas corpus impetrado naquela Corte.

Durante o julgamento, a defesa do advogado alegou, da tribuna, que não teria ocorrido o crime de lavagem de dinheiro. Para o relator do caso na Segunda Turma, ministro Teori Zavascki, para analisar a argumentação da defesa, seria necessário o revolvimento de fatos e provas, o que é vedado em se tratando de análise de habeas corpus.

Após o voto do relator, a ministra Cármen Lúcia pediu vista dos autos.

Improcedente acusação contra deputado Beto Mansur por dispensa ilegal de licitação

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria de votos, julgou improcedente a acusação formulada contra o deputado federal Beto Mansur (PRB-SP) por dispensa ilegal de licitação e crime de responsabilidade, referente à época em que exerceu o cargo de prefeito de Santos (SP). A decisão foi tomada nesta terça-feira (2) no julgamento do Inquérito (INQ) 2688, no qual também se afastou a acusação contra outros investigados no caso.

A decisão seguiu o voto do ministro Gilmar Mendes, no sentido de não haver elementos suficientes para caracterização do dolo, necessário, mesmo na fase de recebimento da denúncia, para evidenciar o crime. "A meu ver, precisaria de algo mais, já nesta fase, que indicasse o mínimo dos elementos do dolo", afirmou. "Do contrário, a denúncia é inepta". O ministro ressaltou ainda que não há qualquer evidência de conluio, manipulação ou algum tipo de vantagem. Também votaram pela improcedência da acusação os ministros Celso de Mello e Teori Zavascki.

De acordo com a denúncia do Ministério Público Federal (MPF), a Prefeitura de Santos firmou dois contratos sem licitação com a Progresso e Desenvolvimento de Santos (Prodesan), em 2001 e 2002, para a prestação de serviços de desenvolvimento e realização de projetos e estudos de engenharia, arquitetura e urbanização. O então prefeito e o secretário de obras à época dos fatos, Antônio Gonçalves, justificaram a inexigibilidade de licitação no inciso VIII do artigo 24 da Lei de Licitações (Lei 8.666/1993), que dispensa processo licitatório para contratação pela administração pública direta de serviços prestados por órgão da administração pública indireta que tenha sido criado com fim específico em data anterior à vigência da lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado. De acordo com o MPF, os acusados não teriam aferido a compatibilidade dos preços apresentados pela empresa com os de mercado.

Ainda conforme os autos, o objeto da contratação seria atividade própria da administração

pública, e não poderia ser delegado a terceiros. Dessa forma, segundo concluiu a denúncia, Beto Mansur e Antônio Gonçalves teriam praticado por duas vezes o crime previsto no artigo 89, caput, da Lei 8.666/93, e no artigo 1º, inciso I, do Decreto-Lei 201/1967, pois, "de maneira consciente, contrataram os serviços da Prodesan com inexigibilidade da licitação fora das hipóteses previstas em lei e desviaram, por meio dos instrumentos contratuais, rendas públicas em proveito da referida pessoa jurídica". O presidente e diretor da Prodesan, Delchi Migotto e Waldemar Nogueira, também estariam incursos duas vezes em ambos os delitos, na condição de autores dos contratos.

A ministra Cármen Lúcia, relatora do inquérito, votou pelo recebimento parcial da denúncia e ficou vencida. No seu entendimento, a lei só autoriza a dispensa se o preço contratado for compatível com o do mercado – e, para a relatora, a prefeitura não observou pareceres que alertavam quanto aos preços praticados pela empresa contratada.

04 DEZ 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

AGU: é inadmissível Câmara questionar competência do STF em julgar parlamentares

Em parecer encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF), a Advocacia-Geral da União (AGU) classificou de inadmissível a ação direta de inconstitucionalidade (Adin) de autoria da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados questionando a competência da Suprema Corte para julgar parlamentares. No documento, a AGU considera que a atuação das turmas do STF no julgamento de parlamentares não fere o princípio da isonomia.

“Embora todos os mandatos dos representantes do Poder Legislativo detenham o mesmo valor constitucional, a adoção de critérios de diferenciação, nos moldes contemplados no próprio texto originário da Constituição Federal não vulnera os princípios da isonomia e da razoabilidade. Por derradeiro, cumpre rememorar as informações prestadas pelo presidente dessa Suprema Corte no sentido de que as turmas, o plenário e os órgãos individuais, no exercício de suas competências e nos limites do poder jurisdicional que o regimento interno lhes conferir, representam o próprio Supremo Tribunal Federal”, diz o advogado-geral da União, Luis Inácio Adams.

Encaminhada ao STF no final de outubro, a Adin, que tem como relator o ministro Gilmar Mendes, diz que uma alteração no regimento da Corte teria estabelecido uma diferenciação indevida entre membros do Congresso Nacional. A alteração

considera que, no caso de crimes comuns cometidos por parlamentares, é competência do plenário do STF processar e julgar originariamente apenas os processos envolvendo os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado. Os demais parlamentares devem ser submetidos à competência das turmas.

Para a Mesa da Câmara, houve violação aos princípios da isonomia e a emenda regimental teria extravasado a competência normativa do STF. Ainda de acordo com a Adin, também haveria violação ao princípio da razoabilidade, uma vez que a distinção se dá em nome da rapidez nos julgamentos. “É desarrazoada a alegação de que, em nome da agilização dos julgamentos da Corte, seja possível promover a desigualação entre membros da Câmara dos Deputados, quando a Constituição Federal, no caso em tela, sempre dispensou o mesmo tratamento”, diz o pedido.

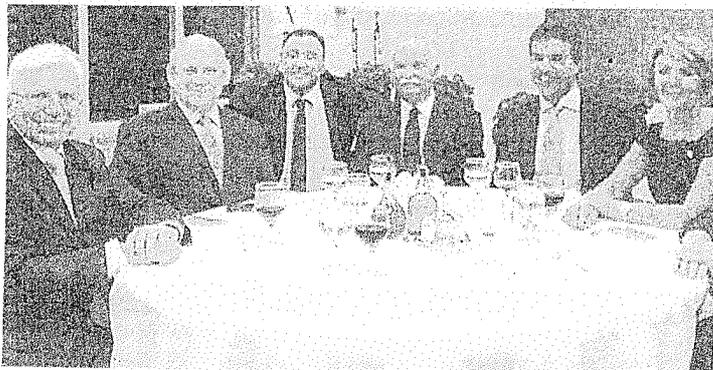
O novo entendimento do regimento do STF foi firmado em julho deste ano. Com a mudança, bastaria o voto de três dos cinco ministros de uma das turmas para que um deputado seja condenado.

ANDRÉ VARGAS ENTRA COM RECURSO NO STF CONTRA CASSAÇÃO

O deputado federal André Vargas (sem partido-PR) impetrou no Supremo Tribunal Federal (STF) um pedido de mandato de segurança contra decisão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, que rejeitou o recurso no qual o deputado pedia anulação do parecer do Conselho de Ética da Casa, que recomendou à cassação de seu mandato. O pedido, encaminhado terça-feira (2), está nas mãos do ministro Luís Roberto Barroso.

04 DEZ 2014

GAZETA DO POVO



Homenagem no mesmo dia de "pacotaço"

■ No mesmo dia em que o governo do Paraná enviou o pacote de aumento de impostos para a Assembleia Legislativa, o Palácio Iguazu foi palco na noite de terça-feira de um jantar em homenagem ao governador Beto Richa. Segundo o governo, a recepção foi oferecida pela comunidade árabe ao governador. O jantar foi promovido pelo deputado estadual Hussein Bakri (PSC), eleito pela primeira vez para o cargo em outubro. "Minha família trabalha fazendo comida árabe e eu ofereci o jantar. O governador ofereceu o espaço, mas tudo correu por minha conta e por conta da minha família", afirmou Bakri. De público, segundo ele, só os garçons do Palácio Iguazu. No cardápio, carneiro e pratos árabes típicos. Além de Richa e de Bakri, participaram da celebração o presidente do Tribunal de Justiça, representantes do Tribunal de Contas, secretários de estado e deputados.

Indigesto xoque de gestão

Não chega a ser um caso único no país, mas o governador Beto Richa legou para si mesmo uma herança maldita, que agora transfere para os contribuintes. Em situação muito parecida com a que vive a presidente Dilma Rousseff, as contas estaduais também não fecham. Em Brasília, tenta-se obrigar o Congresso a aceitar uma maquiagem no orçamento para que o governo pareça não ter incorrido em desobediência à Lei de Responsabilidade Fiscal. Aqui, a solução mais à mão é a mais usual entre governantes que enfrentam apuros de caixa: aumentar impostos.

O pacote de aumentos tributários entregue à Assembleia Legislativa para aprovação sem maiores delongas inclui a majoração do IPVA em 40%; a elevação da alíquota do ICMS da gasolina de 28% para 29%; e a cobrança de contribuição previdenciária de 11% dos servidores aposentados sobre a parcela que exceder o teto pago pelo INSS (R\$ 4,4 mil mensais).

O tarifaço deveria ter sido aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia, mas teve sua votação adiada para a semana que vem em razão de um pedido de vista formulado por deputados da oposição (Tadeu Veneri e Péricles de Mello, ambos do PT). Ninguém duvida, porém, que tudo esteja resolvido a contento (pelo governo) bem antes do Natal.

Agora, com a inestimável ajuda dos contribuintes, talvez o xoque de gestão acabe saindo do terreno da promessa.

Com essas providências, espera-se acrescentar ao caixa de 2015 mais R\$ 1,5 bilhão — o que não exime o governo de também buscar outro empréstimo de R\$ 300 milhões. Quanto à diminuição de despesas, o governador propõe a fusão de algumas secretarias, embora não haja previsão de quanto isso resultará em redução de gastos.

CONTINUA

Na gestão que está terminando, Richa dizia que suas dificuldades provinham de dívidas do passado e da atuação de ministros paranaenses que lhe criavam embaraços para conseguir empréstimos. As dívidas ele diz ter pago e os empréstimos acabaram saindo.

04 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Olho Vivo

CELSO NASCIMENTO

Cruel 1

Setores da polícia e da política paranaense tentavam dissipar uma dúvida cruel, ontem, logo após o anúncio por Beto Richa de que o deputado Fernando Francischini (SD) será secretário da Segurança Pública a partir de janeiro. A dúvida – não resolvida – consistia em saber quem mais se beneficiaria com a nomeação, se a Segurança com a presença de Francischini ou a Câmara Federal com a sua ausência.

Cruel 2

Delegado da Polícia Federal, Francischini foi atraído para a vida política após ter ocupado a Secretaria Antidrogas de Curitiba na gestão do então prefeito Beto Richa. Eleito e reeleito deputado federal com votações notáveis, tem atuado na Câmara com demonstrações de valentia – como aquela em que quase se engalfinhou em luta corporal com colegas, em 2013, indignado com seu afastamento da CPI do

Cachoeira. Antes de entrar para a política, o futuro secretário da Segurança prestou serviços como policial militar em Campina Grande do Sul (região metropolitana) e, já como PF, no estado do Espírito Santo, mas sua fama se tornou nacional ao participar da prisão do megatraficante colombiano Juan Carlos Abadía em 2007.

O caos

Pacientes que precisarem de remédios gratuitos distribuídos pelas unidades municipais de saúde de Curitiba podem esperar o caos antes do fim deste mês e em janeiro. O estoque de medicamentos está no fim e não há recursos para reposição. A prefeitura culpa o governo do estado pelo atraso, há meses, no repasse de verbas previstas em convênio para esse fim. A dívida já chega a quase R\$ 5 milhões. A maior parte dos remédios é de uso contínuo e para doenças graves. Nas farmácias costumam custar o que os pacientes não têm condições de pagar.

Sem decisão 1

Ficou para a semana que vem a decisão judicial que vai dizer quem, afinal, manda no PMDB paranaense. Pouco antes da eleição, uma assembleia convocada pelo grupo do senador Roberto Requião tirou da direção do partido o então presidente, deputado Osmar Serraglio, e o secretário-geral Orlando Pessuti. O grupo deposto recorreu à Justiça e ontem o caso seria julgado – não tivesse um dos juízes pedido vista do processo.

Sem decisão 2

A contenda é ainda resquício da campanha eleitoral: a direção partidária apoiou a reeleição de Beto Richa ao governo do estado, embora o PMDB tivesse aprovado em convenção o nome de Requião para disputar o pleito. Pessuti chegou até a aparecer no programa de Beto apelando para os eleitores não votarem em Requião.

04 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

Feriado estadual do dia 19 vira polêmica judicial no Paraná

Diego Antonelli

Instituído por lei estadual em 1962, o feriado de 19 de dezembro virou polêmica judicial. A classe empresarial alega que a data não pode ser feriado obrigatório, já uma das turmas do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) entendeu por unanimidade que a data deve, sim, ser respeitada. No dia 19 é celebrada a emancipação política do Paraná, ocorrida em 1853.

Decreto do governo do estado deve transferir o feriado para 26 de dezembro. Assim, os órgãos públicos estaduais funcionariam dia 19. A prefeitura de Curitiba coloca em seu site a data como ponto facultativo. O tema causa divergências. A Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) entende que a data não caracteriza feriado obrigatório porque a legislação de 1995 determina como feriado civil a “data magna do Estado fixada em lei estadual”.

Segundo a Fiep, não é obrigatória a dispensa dos empregados e nem pagamento de hora-extra em caso de trabalho. A entidade solicita que a Assembleia Legislativa defina qual é a data magna do estado.

Embora não haja um entendimento pacífico sobre o tema, a 6.ª turma do TRT entendeu em novembro que a data é um feriado oficial do Paraná. A decisão se deu em julgamento de recurso ordinário proveniente da 2.ª Vara do Trabalho de Pato Branco

entre o sindicato dos empregados e concessionárias de veículos da cidade sobre o feriado de 19 de dezembro.

Segundo o acórdão assinado pelo desembargador Arnor Lima Neto, a lei que institui feriado estadual continua em vigor. “Logo, não há que se falar em ponto facultativo, porquanto não há essa ressalva na lei”, escreve no acórdão. Para ele, há que se considerar que existe apenas o dia 19 de dezembro consagrado como feriado estadual no Paraná.

04 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

Para MP, cidades têm de criar consórcios para atender idosos

Luan Galani

Levantamento realizado neste ano pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR) revela que apenas 146 cidades do estado têm conselhos municipais de direitos do idoso atuantes. Em comparação com 2010, ano da última pesquisa, houve queda de 20,21% no número de conselhos em pleno funcionamento, que antes somavam 183. Uma das saídas seria os municípios pequenos se unirem em consórcios para atender aos idosos.

Para a procuradora de Justiça e coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa dos Direitos do Idoso e da Pessoa Portadora de Deficiência, Rosana Bevervanço, a pesquisa mostra que houve um retrocesso das políticas públicas de atenção ao idoso. "Existe um vazio a ser ocupado. Os conselhos são os principais responsáveis por elaborar as políticas de atendimento aos idosos, mas apenas uma pequena parcela do estado as tem em pleno funcionamento", explica. Só no Paraná, as pessoas com mais de 60 anos de idade totalizam 1,31 milhão, de acordo com o último censo do IBGE.

Se observado o cenário geral apresentado pelos dados, a situação é ainda mais preocupante, como ressalta a vice-presidente da Comissão de Direitos do Idoso da seção paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), Cristhiane Kulibaba Ishi.

A pesquisa indica que 158 cidades admitem não fiscalizar as instituições de longa permanência (antigos asilos). Ao todo, 202 cidades não têm qualquer tipo de asilo, 296 municípios dizem não ter qualquer tipo de convênio com cidades vizinhas para atendimento de idosos e 241 não detêm formas alternativas de asilamento, como casas-lar ou condomínios para a terceira idade.

Redes regionais

Para solucionar a fragilidade municipal das políticas públicas de atenção ao idoso, o MP-PR sugeriu a criação de redes regionais de atendimento. A proposta deve ser analisada em uma reunião do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso (Cedi) no próximo dia 18. A secretária estadual da Família e Desenvolvimento Social, Letícia Codagnone, defende a mesma solução. Ela aponta que 90% do Paraná é composto por cidades com menos de 20 mil habitantes, o que inviabilizaria uma grande rede de atendimento, mas permitiria a criação de redes regionais para tratar de realidades diferentes.

O ideal seria cada cidade ter seu conselho e uma infraestrutura própria para cuidar dos idosos, mas, como não existe possibilidade disso acontecer, segundo as autoridades estaduais, o consórcio de municípios é uma solução possível.

Dos 399 municípios, 89 não responderam questionário do órgão

O levantamento do MP-PR foi feito por meio de questionário eletrônico e de forma voluntária pelos municípios do estado. Das 399 cidades, 89 não participaram. Entre elas estão Colombo, Campina Grande do Sul, Piraquara, Antonina, Guarapuava, Cambé e Quitandinha. Por isso, apesar das constatações preliminares, o MP-PR ressalta que a pesquisa não tem uma confiabilidade alta, já que não houve a participação de 100% do estado e nem uma investigação para averiguar a veracidade das respostas.

A presidente do Cedi, Bernadete Schenatto, justifica que, apesar da imprecisão, o estudo oferece uma perspectiva de ações futuras. O vice-governador do Paraná, Flávio Arns, esteve presente durante a divulgação dos dados e foi taxativo ao afirmar que não se deve temer os números, por piores que sejam. "A partir dos dados, devemos estabelecer metas claras para nortear nossas ações". (LG)

GAZETA DO POVO

**PT protocola
no Supremo
interpelação
criminal**

04 DEZ 2014

contra Aécio

¶ O presidente nacional do PT, Rui Falcão, protocolou ontem interpelação criminal contra o senador Aécio Neves (PSDB-MG) no Supremo Tribunal Federal (STF), candidato derrotado nas eleições presidenciais de outubro. A ação é em razão da entrevista concedida no sábado por Aécio à GloboNews, em que ele declarou: “Na verdade, eu não perdi a eleição para um partido político, eu perdi a eleição para uma organização criminosa que se instalou no seio de algumas empresas brasileiras e patrocinadas por esse grupo político que aí está”.

Na ação, movida em nome do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, a interpelação criminal — pedido de explicações em juízo — é justificada sob argumento de que é preciso deixar claro qual o partido político que foi comparado a uma organização criminosa. “Antes de tudo, é preciso deixar claro que as declarações partiram do cidadão derrotado nas urnas, Aécio Neves da Cunha, eis que não cabe a um senador da República realizar declarações possivelmente pejorativas como a presente declaração, mormente por não ser esta, evidentemente, uma atividade parlamentar.” E destaca que o PT é “uma associação voluntária de cidadãos e cidadãs que se propõem a lutar pela democracia e pela justiça social”.

“Na verdade, eu não perdi a eleição para um partido político, eu perdi a eleição para uma organização criminosa que se instalou no seio de algumas empresas brasileiras e patrocinadas por esse grupo político que aí está.”

Aécio Neves (PSDB), senador.

**Vargas recorre
ao STF para não
ser cassado**

¶ Na iminência de uma decisão do plenário da Câmara Federal sobre a cassação de seu mandato, o deputado André Vargas (sem partido-PR) recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para suspender o processo administrativo a que responde na Casa. Se o STF acatar o recurso, a votação do pedido de cassação não ocorreria neste ano e ele não seria cassado, pois a legislatura está terminando e ele não se reelegeria. Com isso, preservaria seus direitos políticos e poderia se candidatar em eleições futuras.

No último dia 20, Vargas pediu à Câmara uma licença médica de uma semana. Com isso, conseguiu adiar a votação do processo de cassação. A previsão agora é de que o plenário da Casa decida sobre a perda do mandato do ex-petista nos próximos dias. Mas uma decisão do Supremo pode adiar a definição.

Doleiro

Vargas é acusado de envolvimento no esquema montado pelo doleiro Alberto Youssef, investigado pela Operação Lava Jato. Ele recorreu ao STF questionando a decisão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara de negar um recurso no qual pedia a anulação de parecer do Conselho de Ética a favor da cassação de seu mandato.

Com a negativa da CCJ ao recurso usado pela defesa do ex-deputado, cabe ao plenário da Câmara a decisão final. No recurso ao STF, Vargas pede a suspensão liminar da tramitação do procedimento administrativo. No mérito, os advogados de Vargas querem a anulação do julgamento do recurso pela CCJ e a volta do processo ao Conselho de Ética. O relator do caso no STF é o ministro Luís Roberto Barroso.

04 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

Brasil fica em 69.º em ranking de corrupção

▮ O Brasil avançou três posições em relação ao ano passado no ranking mundial de percepção de corrupção, embora sua nota tenha piorado um ponto, o que representa que o país está estagnado no combate ao problema, afirmou a organização Transparência Internacional nesta quarta-feira.

O Brasil ficou na 69.ª posição em 2014, com 43 pontos, junto com Itália e Romênia, mas abaixo de outros países latino-americanos, como Chile e Uruguai.

Segundo a Transparência, apesar de ter tomado medidas nos últimos anos, o Brasil é tido como exemplo de persistência do problema na América do Sul. O desvio de bilhões de dólares da Petrobras é citado pela organização como caso emblemático na região.

DE 0 A 100

é a variação da pontuação do ranking, com 0 sendo o país percebido como extremamente corrupto e 100 o país percebido como totalmente livre do problema.

Justiça decreta prisão preventiva de Sininho e outros dois ativistas

▮ Os ativistas Elisa Quadros Pinto, a Sininho; Igor Mendes da Silva e Karlayne Moraes da Silva Pinheiro, conhecida como Moa, tiveram a prisão preventiva decretada ontem pelo juiz da 27ª Vara Criminal do Rio, Flavio Itabaiana. Segundo nota do Tribunal de Justiça, os três descumpriram medidas cautelares impostas por um habeas corpus concedido em agosto, que impede que eles participem de manifestações. Entretanto, em 15 de outubro, os réus estiveram em um protesto na Cinelândia, em frente à Câmara de Vereadores, conforme investigações feitas pela Polícia Civil.

04 DEZ 2014

BEMPARANÁ

CASAMENTO

800

casais

formalizarão a união civil durante cerimônia coletiva na Arena da Baixada, no domingo. Além de Curitiba, outros nove municípios da Região Metropolitana serão atendidos pela ação: Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais. A celebração do casamento coletivo, com direito à benção ecumênica, encerra as atividades de 2014 do projeto Justiça no Bairro - Sesc Cidadão. A cerimônia terá a participação da Camerata Antiqua de Curitiba, regida pelo Maestro André e pelo Coral do Ministério Público e por Músicos do Projeto Crescer - projeto social que atende crianças de Arapongas em situação de vulnerabilidade. A expectativa é que o evento reúna na Arena da Baixada um público aproximado de 12 mil pessoas entre noivos, convidados, colaboradores das entidades envolvidas, autoridades e imprensa. A abertura dos portões para noivos está marcada para as 13 horas, e para o público às 16 horas. Na data também serão oferecidos à população ingressos gratuitos, que serão entregues por ordem de chegada a partir das 13 horas.

EM ALTA



O número de FUNDOS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE cadastrados no país e aptos a receberem doações de pessoas físicas e jurídicas que serão dedutíveis do Imposto de Renda cresceu 63% neste ano. O cadastramento de 2014 foi feito entre agosto e outubro.

04 DEZ 2014

BEMPARANÁ

Morre testemunha do MP no processo contra Bibinho

O contador Douglas Bastos Pequeno, que trabalhou para o ex-diretor da Assembleia Legislativa Abib Miguel, o Bibinho, morreu ontem vítima de problemas cardíacos. Bastos Pequeno era uma das principais testemunhas do Ministério Público nos processos que pedem a condenação de Bibinho por crimes de quadrilha, lavagem de dinheiro e desvio de recursos públicos. Foi Bastos Pequeno, por exemplo, quem contou aos promotores do MP que Bibinho portava dezenas de cartões de crédito que pertenciam a funcionários fantasmas nomeados na Assembleia. Além disso, foi o contador quem deu detalhes aos promotores do esquema de lavagem de dinheiro comandado por Bibinho e, graças a estas informações, que o ex-diretor geral e dois filhos dele foram presos dentro da operação Argonauta.

04 DEZ 2014

BEMPARANÁ

Vargas vai ao STF contra cassação

Na iminência de uma decisão sobre cassação de mandato, o deputado federal André Vargas (sem partido) recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) nesta semana para suspender o processo administrativo a que responde na Câmara. No último dia 20, Vargas pediu à Câmara uma licença médica de uma semana e a previsão era de que o plenário da Casa decidisse sobre a perda do mandato do ex-petista no início de dezembro, mas uma decisão do Supremo pode adiar a definição.

Vargas é acusado de envolvimento no esquema montado pelo doleiro Alberto Youssef. Ele recorreu ao STF questionando a de-

cisão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara de negar um recurso no qual pedia a anulação de parecer do Conselho de Ética a favor da cassação de seu mandato.

Com a negativa da CCJ ao recurso usado pela defesa do ex-deputado, cabe ao plenário da Câmara a decisão final. Ao recorrer ao STF, Vargas aponta que o caso já se encontra na Secretaria Geral da Mesa da Câmara e pode ser pautado na próxima semana.

O mandado de segurança levado ao Supremo pede, em liminar, a suspensão da tramitação do procedimento administrativo. No mérito, os advogados de Vargas querem a anulação do julgamento do recurso pela CCJ e

a volta do processo ao Conselho de Ética. O relator de caso no STF é o ministro Luís Roberto Barroso.

Um dos argumentos usados pela defesa é que a votação no Conselho de Ética contou com a participação de suplentes nomeados "no meio do julgamento", o que constituiu um "verdadeiro juízo de exceção". Os advogados também sustentam que o processo por quebra de decoro parlamentar foi resultado de vazamento ilícito dos primeiros dados da Operação Lava Jato e pede que sejam reconhecidas como nulas as provas. A defesa sustenta que as provas usadas no processo são baseadas apenas em matérias jornalísticas.

André Vargas recorre ao STF para evitar cassação do mandato

O deputado federal André Vargas (sem partido) aposta todas suas fichas numa decisão positiva do Supremo Tribunal Federal (STF) para evitar que o relatório da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Federal, que pede a cassação do mandato dele, seja votado em plenário na próxima quarta-feira, dia 10. Vargas entrou com um mandado de segurança no Supremo questionando o ato da CCJ que rejeitou recurso no qual pedia a anulação de parecer favorável a cassação de seu mandato parlamentar. Vargas alega que o Conselho de Ética utilizou provas ilícitas e que deputados suplentes foram nomeados "no meio do julgamento". O mandado de segurança será julgado pelo ministro Luís Roberto Barroso. Vargas é suspeito de envolvimento com o doleiro Alberto Youssef, que segundo a Polícia Federal comandava o esquema de pagamento de propina em contratos da Petrobras. Vargas teria atuado junto ao Ministério da Saúde, para favorecer o laboratório Labogen, que seria de Youssef. Os advogados pedem liminarmente que seja suspensa a votação do parecer pela cassação.

JORNAL DO ÔNIBUS 04 DEZ 2014

66% das mulheres já foram vítimas de violência doméstica

Instituto ouviu 2 mil jovens com idades entre 16 e 24 anos

As agressões domésticas entre casais podem induzir os jovens que vivem nesses ambientes a comportamentos violentos e machistas, segundo mostra a pesquisa Violência Contra a Mulher: o Jovem está Ligado?, feita Instituto Data Popular, sob encomenda do Instituto Avon. A pesquisa é parte das ações da campanha global da entidade "Fale sem medo – não à violência doméstica", do movimento 16 Dias de Ativismo contra a Violência de Gênero.

O instituto ouviu mais de 2 mil jovens com idades entre 16 e 24 anos, nas cinco regiões do país, sobre os temas relacionamento afetivo, relacionamentos virtuais, sexualidade, Lei Maria da Penha e violência entre os casais.

Ao serem questionadas, com base em uma lista de agressões apresentadas sobre algum tipo de ataque sofrido, 66% das mulheres responderam positivamente. Já 55% dos homens admitiram ter praticado alguma das ações mencionadas na sondagem – xingar, empurrar, ameaçar, dar tapa, impedir de sair de casa, proibir de sair à noite, não deixar usar determinada roupa, humilhar em público, dar um soco, obrigar a ter relação sexual sem vontade e ameaçar com arma, entre outras. ●

O estudo mostrou a existência de uma falta de percepção sobre a conduta violenta

04 DEZ 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Casamento coletivo na Baixada terá 800 casais

Neste domingo (07), 800 casais formalizarão a união civil durante cerimônia coletiva na Arena da Baixada. Além de Curitiba, outros nove municípios da Região Metropolitana serão atendidos pela ação: Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais.

A celebração do casamento coletivo, com direito à bênção ecumênica, encerra as atividades de 2014 do projeto Justiça no Bairro - Sesc Cidadão. A cerimônia terá a participação da Camerata Antiqua de Curitiba, regida pelo Maestro André e pelo Coral do Ministério Público e por Músicos do Projeto Crescer - projeto social que atende crianças de Araongas em situação de vulnerabilidade. ■

04 DEZ 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Notas políticas

Taxas de cartórios

No mesmo dia em que o governo do Paraná enviou à Assembleia Legislativa o pacote de reajuste de impostos, o Tribunal de Justiça (TJ) também encaminhou aos deputados estaduais um anteprojeto de lei propondo aumento nas custas dos cartórios e incremento de taxas cobradas pelo Judiciário estadual. Segundo a proposta, o reajuste no valor de referência de custas (VRC) será de 6,57%.

Pacote adiado

Um pedido de vistas da bancada de oposição adiou hoje a votação pela Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa, do pacote de projetos do governo Beto Richa que prevê aumento de impostos, taxa de servidores aposentados e extinção de secretarias. O governo tem pressa, e os projetos tramitam em regime de urgência, já que a intenção é que eles sejam votados ainda este ano, antes do início do recesso parlamentar, marcado para o próximo dia 17.

04 DEZ 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

STF adia julgamento sobre terras quilombolas

Por falta de quórum, não foi retomado nesta quarta-feira (3) o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) 3.239, ajuizada em 2004 pelo então PFL, atualmente DEM, questionando a constitucionalidade do Decreto 4.887, de 2003. O julgamento estava na pauta desta quarta do Supremo Tribunal Federal (STF).

O decreto regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Coordenação Nacional de Comunidades Quilombolas (Conaq), a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e organizações de direitos humanos alertam que a derrubada do decreto pode interromper o processo de regularização fundiária de comunidades remanescentes de quilombo. ■

04 DEZ 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

MPF pede a condenação de Youssef e mais oito

Reprodução



Youssef pode ser condenado novamente



Em documento enviado nesta quarta-feira (3) à Justiça Federal do Paraná, o Ministério Público Federal pede a condenação de nove suspeitos de envolvimento no esquema de corrupção que atuava dentro da Petrobras. Entre os acusados estão o ex-diretor de Abastecimento da estatal Paulo Roberto Costa e o doleiro Alberto Youssef. Todos os investigados são réus em processos decorrentes da Operação Lava Jato, da

Polícia Federal.

Além de Costa e Youssef, o MPF pede a condenação do sócio da importadora Sanko-Sider, Márcio Andrade Bonilho; o dono da MO Consultoria, Waldomiro Oliveira; o contador das empresas RCI Software e Empreiteira Rigidez, Antônio Almeida Silva; os sócios da Laboegen Leonardo Meirelles, Leandro Meirelles e Esdra de Arantes Ferreira; e o sócio da Pi-roquímica Pedro Argese Júnior. Ⓜ

André Vargas entra com recurso no STF

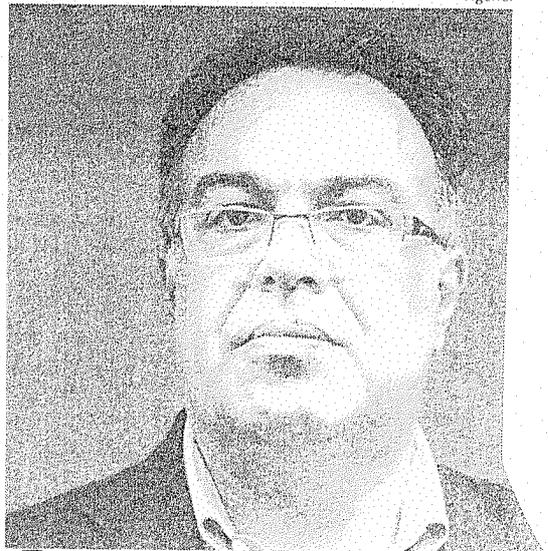
Agência

O deputado federal André Vargas (sem partido-PR) impetrou no Supremo Tribunal Federal (STF) um pedido de mandato de segurança contra decisão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, que rejeitou o recurso no qual o deputado pedia anulação do parecer do Conselho de Ética da Casa, que recomendou à cassação de seu mandato. O pedido, encaminhado ontem, está nas mãos do ministro Luís

Roberto Barroso.

No último dia 11, após sucessivos adiamentos, a CCJ decidiu rejeitar, em votação simbólica, o pedido do deputado. Vargas argumentou que as provas utilizadas como base para a recomendação de sua cassação foram ilícitas. ■

O pedido está nas mãos do ministro Luís Roberto Barroso



Vargas é investigado pelas relações com Youssef

04 DEZ 2014

TRIBUNA DO PARANÁ

TARIFAÇÃO

ADIADO

Manobra da
oposição
barrar votação
de pacote do
governo em
comissão da Alep

Os deputados Péricles de Mello e Tadeu Veneri, ambos do PT, que integram a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), conseguiram barrar ontem grande parte dos projetos do governo do Estado enviados à Alep, integrantes do pacote de "medidas amargas", ao pedir vistas dos projetos.

Com a solicitação, a votação dos projetos está suspensa e os parlamentares têm até a próxima segunda-feira para devolver os projetos para que possam ser votados na CCJ. Dos 20 projetos apresentados na Comissão, apenas quatro foram votados e aprovados. Os outros 16 ficam com a votação suspensa. Como tramitam em regime de urgência, os deputados precisam devolver os projetos já na próxima segunda-feira, para que eles sejam votados na comissão.

"TARIFAÇÃO"

Entre os projetos enviados à Alep, está o que pede o aumento da alíquota do IPVA para automóveis, que passaria de 2,5% para 3,5%. O desconto para o pagamento do imposto a vista cai de 10% para 3%.

O líder do governo, deputado Ademar Traiano (PSDB), também anunciou o aumento da alíquota do ICMS sobre a gasolina. Segundo ele, deve chegar nos próximos dias na Alep um projeto de lei que passa o imposto cobrado sobre o combustível de 28% para 29%. A mudança começaria a valer a partir do ano que vem.

Os funcionários públicos aposentados terão um desconto de 11% sobre a parcela de seus benefícios que excederem o teto geral da Previdência, que é de R\$ 4.390,24.

Também será apresentada aos deputados a extinção de três secretarias Assuntos da Comunidade, Indústria e Comércio e do Trabalho, que deve ser fundida à outra secretaria. Além das secretarias, cargos comissionados também serão extintos. Está marcada para hoje, às 9h, uma reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para a discussão dos projetos apresentados.